

# Centrão ganha primeira: 271 a 223

ANC

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O Centrão conseguiu ontem a sua primeira vitória, no plenário da Constituinte, ao aprovar, por 271 votos contra 223 e duas abstenções, preferência para votar, hoje, o substitutivo do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) às propostas de alteração do regimento interno.

Faltaram poucos votos para o Centrão alcançar os 280 de que vai precisar para aprovar matérias constitucionais. Para aprovar alterações no regimento, não há necessidade de maioria absoluta, mas o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, ao discutir questão de ordem formulada pelo deputado José Genoíno (PT-SP),

Genoíno defendera a necessidade de quórum de maioria absoluta também para aprovar alterações no regimento, alegando ter sido esse o quórum adotado para a votação do próprio regimento interno. Mas Ulysses disse não ser verdadeira essa informação. Lembrou ter sido o regimento interno votado por maioria simples (metade mais um dos presentes, desde que haja, em plenário, um mínimo de 280 constituintes), sendo alguns de seus dispositivos aprovados até por votação simbólica das lideranças partidárias.

Parlamentares do grupo contrário ao Centrão esboçaram uma obstrução, levantando questões de ordem, mas se viram pressionados pelo outro lado, que freqüentemente pedia votação, e não insistiram, em parte por não acreditarem muito na unidade dos adversários. Tratava-se de dar preferência para votação a um substitutivo do Centrão em oposição a substitutivo apresentado pela própria Mesa da Constituinte.

O senador Mário Covas, que subiu à tribuna sob a atenção geral do plenário procurou convencer os constituintes de que o substitutivo do deputado Roberto Cardoso Alves continha pontos "absurdos" e "contraditórios", e que, por isso, se devia aprovar a proposta da Mesa, tecnicamente melhor e capaz de atender aos anseios gerais dos constituintes.

"Vamos votar" - gritaram alguns integrantes do Centrão, enquanto ele discursava. Mas Covas não se perturbou: "Vamos chegar lá. Se há alguém que não tem medo de voto sou eu".

Durante o encaminhamento de votação por parte das lideranças partidárias houve até um momento de humor, que quebrou um pouco a tensão do plenário. Foi quando o veterano deputado comunista Fernando Santana (PCB-BA), com seu jeito bonachão, subiu à tribuna normalmente ocupada pelo PDS e pelo PFL, e dirigindo-se a Roberto Cardoso Alves como "meu grande amigo", fez apelo ao Centrão para aprovar o substitutivo da Mesa.

As lideranças afinadas com o Centrão falaram muito pouco. "Vamos votar 'sim' pela preferência e, depois, outra vez 'sim' para o substitutivo Roberto Cardoso Alves" - conclamou o líder do PTB, Gastone Righi. "Endosso o que o líder do PTB acabou de dizer" - proclamou, a seguir, o líder do PDS, Amaral Neto. Todos queriam votar logo.

Surgiu, entretanto, um problema técnico. A votação seria feita pelo sistema eletrônico ou por chamada nominal? O senador Mauro Benevides (PMDB-CE), que presidia a ses-

são no momento em que a questão foi levantada, assinalou apenas que se investirá muito dinheiro na aparelhagem eletrônica e que, na Comissão de Sistematização, ela demonstrara a sua utilidade. Mas foi Ulysses Guimarães quem resolveu o problema. A votação seria feita por chamada nominal, deixando-se o sistema eletrônico para outra oportunidade, até porque, como ocorreu na Comissão, seu uso precisa ser precedido de alguns ensaios.

A votação, seguindo a ordem alfabética inversa, começou pela letra "z" e os primeiros votos foram contra a preferência, deixando animada a bancada xilita, que aplaudia cada voto "não". Mas minutos depois, a votação já se equilibrava e o Centrão passava a ter ligeira vantagem, que não perdeu em nenhum momento.

Houve algumas surpresas, acolhidas com palmas ou vaia, dependendo do voto. Saulo Queiroz (PFL-MS), secretário-geral do seu partido, Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Luiz Viana (PMDB-BA), Virgílio Távora (PDS-CE), Mendes Ribeiro (PMDB-RS), Dirce Tutu Quadros (PTB-SP), Rita Camata (PMDB-ES), Wilma Maia (PFL-RN), Myrian Portela (PDS-PI) e mais alguns outros ganharam aplausos por votarem "não", embora alguns deles, como Virgílio Távora, estivessem apenas manifestando solidariedade à relatoria da Comissão de Sistematização. Vários deputados do PMDB receberam vaia por votarem "sim". A xilita do PFL, porém, Raquel Cândido, votou com o Centrão.

Dos 63 constituintes que não compareceram, 12, pelo menos, eram votos certos dos xilitas. Uma ausência muito notada foi a do presidente do PFL, senador Marco Maciel, que até pouco antes da votação era visto mantendo entendimentos com vários grupos, em plenário. Outra foi a do líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli. Também não compareceram o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos; um dos relatores-adjuntos da Comissão, deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ); e o deputado José Serra (PMDB-SP), que teve muita atuação na Comissão. As duas abstenções foram de Ulysses Guimarães e de outro membro da mesa, o 2º vice-presidente, Jorge Arbage (PDS-PA). O voto do senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), favorável ao Centrão, produziu um burburinho de frustração na bancada xilita, que aparentemente depositava esperança no seu voto. E Sarney Filho (PFL-MA) ganhou algumas vaia por ter ficado também com o Centrão.

Proclamados os resultados, Ulysses Guimarães encerrou a sessão, convocando outra para as 10 horas de hoje, a fim de dar tempo às lideranças partidárias para se entenderem a respeito dos numerosos pedidos de destaque e emendas que existem para votação.

Pelo substitutivo Roberto Cardoso Alves, que será votado com ressalva dos destaques, a maioria absoluta dos constituintes fica com o direito de apresentar até substitutivo integral para o projeto da Comissão de Sistematização e, nesse caso, a proposta tem preferência automática para votação. Além disso, cada constituinte poderá apresentar três emendas e seis destaques ao projeto. As partes destacadas do projeto terão de ser submetidas também à votação e só serão mantidas se receberem um mínimo de 280 votos favoráveis.



No plenário, a primeira vitória do Centrão: 271 votos para votar antes sua própria proposta para mudar regimento

## Benevides retira 300 mulheres

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Antes do início da ordem do dia, os trabalhos da sessão plenária da Constituinte, ontem, foram inteiramente tomados com pronunciamentos de sete deputados no período do chamado "pinga-fogo" e, em seguida, dos líderes partidários, que se revezavam ora em ataques ao Centrão, ora em defesa desse conjunto de constituintes, que se opõe ao substitutivo da Mesa diretora. Quase no final dessa fase da sessão, quando estava na tribuna o líder do PTB, Gastone Righi (SP), o senador Mauro Benevides (PMDB-CE), que dirigia os trabalhos, foi obrigado a interrompê-los, determinando à segurança que promovesse a retirada, das galerias, de um grupo de cerca de 300 mulheres que passou a vaia o Centrão e a pedir a manutenção do regimento proposto pela Mesa.

As primeiras manifestações das galerias começaram quando Righi recebeu vaia, tão logo proclamou que o seu partido votaria com a emenda nº 1, do Centrão. Os integrantes desse grupo, presentes em grande número no plenário, aplaudiram em pé o deputado paulista, e, no entanto, revidou aos apupos, assinalando que os líderes do PMDB e o próprio relator, Bernardo Cabral, estavam tentando impor sua vontade à maioria.

As vaia partidárias das galerias eram mais estridentes que as manifestações dos membros do Centrão e, a essa altura, Mauro Benevides, acionando as campanhas, suspendeu os trabalhos, com advertências aos manifestantes, que espontaneamente foram abandonando o recinto. As manifestantes participam em Brasília de um congresso sobre direi-

tos da mulher e resolveram assistir à sessão, tomando totalmente um dos lados das galerias.

Inconformadas com as palavras de Gastone Righi, elas, em pé, ainda nas galerias, pediam a manutenção do regimento nos termos propostos pela Mesa diretora e gritavam palavras de ordem: "Fora demagogos, o povo não é bobo", "eleições, já, o regimento como está", "um, dois, três, quatro, cinco, mil, Constituinte livre e soberana no Brasil".

Assim que os agentes de segurança chegaram diante do grupo, as mulheres resolveram deixar as galerias, mas sem interromper as manifestações. Enquanto desciam as escadas, debruçavam-se sobre a amurada do plenário e faziam gestos dirigidos contra o Centrão.

Os ânimos se exaltaram e, do microfone de plenário, o deputado Amaral Neto, líder do PDS, e a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) tentavam falar. Todos os membros da Mesa levantaram-se, as campanhas continuaram tocando e o som dos microfones foi cortado.

Com a retirada das mulheres manifestantes, Mauro Benevides, em tom enérgico, anunciou que a Mesa agiria com inflexibilidade para assegurar a normalidade dos trabalhos, advertindo que não permitiria novas manifestações.

Também no plenário os constituintes mantinham-se de pé, acompanhando a movimentação das mulheres, que se retiravam.

Foi possível a reabertura dos trabalhos, com a palavra concedida ao líder Amaral Neto. O parlamentar pedesista disse, então, que aquelas ocorrências não eram nenhuma novidade. Mas manifestou estranheza,

observando que "só a esquerda estava nas galerias".

Amaral disse ainda que as manifestações representam manobras para ganhar tempo e garantiu que, não obstante, o grupo do Centrão sairia vitorioso. Voltando-se para as galerias, afirmou que ali só se concentram baderneiros ou a esquerda, para, em seguida, advertir que seu grupo passaria a agir de idêntica forma. Finalizou afirmando que "assim, nem na Albânia".

Além de Amaral Neto, também o deputado Robson Marinho (PMDB-SP) protestou, observando que não é às galerias que se deveria pedir a manutenção da ordem porque, segundo disse, todos os incidentes de ontem à tarde foram provocados pelo pronunciamento do líder Gastone Righi, que se excedeu, ultrapassando os cinco minutos regimentais a que tinha direito.

### LÍDERES

No período reservado às "comunicações de lideranças" discursaram Amaral Neto e os líderes José Lourenço, do PFL; Plínio de Arruda Sampaio, pelo PT; Haroldo Lima, do PC do B; Jamil Haddad, no PSB; Fernando Santana, do PCB; Gastone Righi, do PTB; e, finalmente, Nelson Jobim, pelo PMDB.

O líder do PFL, José Lourenço, admitiu que a Constituinte chegou a um momento difícil, mas garantiu que o impasse será solucionado pelo voto da maioria e não pelo esmagamento das minorias. Segundo disse, as modificações no projeto de Constituição são necessárias porque a Comissão de Sistematização, responsável pelo trabalho, "não representa a vontade da maioria, que de lá foi afastada".

## Maranhão pede respeito à maioria

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Os deputados estaduais do Maranhão protestaram ontem, através de abaixo-assinado enviado ao deputado Ulysses Guimarães, contra a interpretação regimental que vem sendo dada na Constituinte e solicitaram a adoção de providências para que seja cumprido o artigo 3º da emenda constitucional nº 26, que determina que a Constituição seja aprovada pela maioria absoluta dos membros da Assembleia Nacional.

Os deputados maranhenses argumentam que o texto final da Constituição deve "representar a vontade soberana da maioria absoluta do colégio constituinte - e não de uma parte desse colégio, por mais ilustre e representativa que seja". Segundo os deputados, "apresenta-se o risco de a vontade da maioria absoluta dos constituintes ser submetida a decisão fracionária que tenha emergido no projeto resultante da Comissão de Sistematização".

Se prevalecer "tão estranha, odiosa e antidemocrática interpretação", advertem os deputados maranhenses, poderia ocorrer o "absurdo de certa matéria constitucional ser tida como aprovada pelo voto da minoria, graças a um artifício regimental". Essa manobra é interpretada pelos parlamentares como "verdadeiro atentado antidemocrático que pode gerar o "precedente insólito" de o Brasil vir a possuir uma Constituição que, "desgraçadamente", seja o "resultado da vontade não da maioria, mas daqueles que, em grau minoritário, nela estiveram representando o povo brasileiro".

"Uma Constituição assim", finalizam, será "estigmatizada desde a hora primeira pela marca indelével de tão feia nódoa antidemocrática", e, por isso ela "não seria digna dos brasileiros e não estaria apta a receber o respeito daqueles que compartilham pelos ideais da democracia representativa".

### EMPRESÁRIOS

A Confederação Nacional das Indústrias adiou ontem sua reunião de diretoria - para a qual estava prevista a discussão, entre outros temas, dos efeitos das retaliações norte-americanas sobre a indústria brasileira. O adiamento foi inevitável porque os 23 presidentes de federações de indústrias, com a lista dos nomes dos parlamentares dos seus Estados, foram ao Congresso Nacional para tentar garantir a aprovação da alteração do regimento interno da Constituinte, para possibilitar a mudança do projeto da Comissão de Sistematização em pontos considerados fundamentais, como a estabilidade de emprego.

## Planalto não admite acabar com a LBA

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A presidenta do conselho consultivo da Legião Brasileira de Assistência (LBA), dona Mary Sarney, telegrafou ontem a todos os órgãos de direção da Legião descartando qualquer possibilidade de extinção ou enfraquecimento da entidade por parte da Assembleia Nacional Constituinte, conforme chegou a ser noticiado.

"O governo jamais permitirá qualquer enfraquecimento da obra da LBA", assinala em nota oficial a presidenta da entidade, esclarecendo que a mulher do presidente Sarney "estará sempre à frente para defender em todos os momentos a instituição, como já vem fazendo". A nota garante ainda que "o governo José Sarney empreenderá todo o esforço possível para que a LBA jamais possa ser atingida por qualquer medida da Constituinte com o intuito de enfraquecê-la".

O documento esclarece que "o programa do governo Sarney, voltado para a área social, tem na LBA um dos seus maiores instrumentos de ação. E que em apenas dois anos a entidade quintuplicou seu atendimento a crianças, nutrízes, gestantes, idosos e portadores de deficiências, atendendo cerca de 20 milhões de carentes, envolvendo cerca de C\$ 30 bilhões.

## Maciel deixa o plenário depois de tentar acordo

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A ausência mais comentada da votação de ontem, na Constituinte, foi a do presidente nacional do PFL, senador Marco Maciel (PE). "Além de nos atrapalhar, ele não nos ajudou", desabafou o deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL/BA). O deputado Oscar Correia (PFL/MG) também censurou a omissão de Marco Maciel, que momentos antes estava no plenário. "Ele não poderia sair", queixou-se Inocêncio de Oliveira, muito ligado ao senador.

O presidente do PFL tentou um acordo, juntamente com o senador José Richa (PMDB/PR). As principais lideranças do Centrão não concordaram. Daí, possivelmente, o motivo da ausência de Marco Maciel da votação.

Os deputados Roberto Cardoso Alves (PMDB/SP) e Luiz Eduardo Magalhães (PFL/BA) criticaram muito a atuação do deputado Afif Domingos (PL/SP). "O Afif fala uma coisa, depois faz outra", desabafou Cardoso Alves. Já o deputado da Bahia disse que com a sua iniciativa de propor acordo "o Afif queimou-se pela segunda vez, a primeira foi na votação da estabilidade". Ficando sem apoio dos líderes do Centrão para o acordo com Richa e Marco Maciel, Afif realinhou-se com o grupo.

"Agora, depois da votação, poderemos conversar. Estamos abertos ao diálogo, ao entendimento. Antes,

não poderia acontecer. Daí o erro do Afif, do Marco Maciel, do Richa e dos outros", desabafou Cardoso Alves.

### PARENTES

Os parentes na Constituinte votaram de forma diferente, com algumas exceções. O senador Gérson Camata votou "sim", com o Centrão, mas sua mulher, deputada Rita Camata, votou "não". O senador Luiz Viana Filho votou "não" e o deputado Luiz Viana Neto votou "sim". O senador Virgílio Távora votou "não" e o deputado Carlos Virgílio votou "sim".

O senador Lavoisier Maia e sua mulher, Wilma Maia, votaram "não", o senador Jutahy Magalhães e seu filho, deputado Jutahy Júnior, também votaram "não".

Pelo menos 20 votos do Centrão contra o substitutivo de Cardoso Alves surpreenderam um dos coordenadores do grupo, deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), entre os quais Virgílio Távora (PDS), Wilson Martins (PMDB), Simão Sessin (PFL), Mendes Ribeiro (PMDB) e Mário Assad (PFL).

Cardoso Alves, Ricardo Flúza e Luiz Eduardo Magalhães (PFL) comentaram ao final da votação, que o Centrão deu demonstração de força. "Sem o nosso grupo não haverá Constituição. Haverá impasse", disse o filho do ministro Antônio Carlos Magalhães, criticando "as lideranças dos Covas e dos Richas".

Através de um trabalho eficiente e criterioso, o deputado Ricardo Izar é hoje o representante de São Paulo que apresentou o maior número de emendas aprovadas na Assembleia Nacional Constituinte: 145. Por este justo motivo, seus amigos prestam, publicamente, suas homenagens ao trabalho deste homem que valoriza a classe política e dignifica as tradições de participação de São Paulo nos temas que verdadeiramente servem ao Brasil.

### A participação de Ricardo Izar na Constituinte: 145 emendas aprovadas.



## "Temos cacife para negociar"

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

"Ganhamos a guerra porque queremos a paz. Agora temos mais cacife para negociar", afirmou o deputado Roberto Cardoso Alves, após a votação do pedido de preferência e observando que na votação de hoje, sobre a proposta de alteração do regimento, estarão presentes os 280 constituintes necessários do Centrão. Cardoso Alves, entretanto, irritou-se profundamente com "os de caráter fraco e pobreza de convicção" que não cumpriram o prometido, citando entre eles o senador Marco Maciel, que se ausentou na hora de votar.

Cardoso Alves admitiu que o acordo seria possível e as conversações começariam ainda na noite de ontem. Considerou aceitável a proposta feita pelo deputado Afif Domingos, que obteve apoio também do senador Fernando Henrique Cardoso, Ulysses Guimarães e do deputado Genebaldo Correia, com quem Afif conversou inicialmente sobre sua ideia.

Pelas contas do deputado Daso Coimbra, 26 constituintes do Centrão votaram contra ou se ausentaram, entre eles os deputados José Jorge, Mário Assad, José Moura e Thomas Nonô. Já o deputado Roberto D'Ávila (PDT-RJ) comentava que do lado das esquerdas faltaram ao compromisso cerca de 30 constituintes. Dos cerca de 60 parlamentares que faltaram ontem Cardoso Alves garantia que pelo menos 30 são votos certos do Centrão.

"Não queremos Constituinte de vencidos e vencedores. Temos maioria absolutamente tranqüila, ganharemos as próximas votações, mas isso para nós não é razão para se vangloriar, pois não se faz uma Carta Magna sem entendimento", insistiu Cardoso Alves, reiterando que as esquerdas jamais se dispuseram ao diálogo, mas agora estava acabada a "ditadura da sistematização". "Nossa proposta inclusive permite três emendas e seis destaques por parlamentar ao substitutivo", disse Cardoso Alves, sem esconder a euforia após o resultado da votação. Quanto

aos faltosos, ao final ele, que antes estava irritado, já não fazia comentários, pedindo que as informações fossem solicitadas ao deputado Daso Coimbra.

Antes da votação foi cogitado um acordo a partir de proposta concebida por Afif Domingos e Genebaldo Correia, ambos convictos de que "sem acordo, antes ou depois dessa votação, não haverá condições de concluir a Constituinte". A proposta elaborada por Afif consistia em permitir as votações por capítulo, e não pelos títulos, enquanto os pedidos de preferência seriam aprovados com 230 votos. Os senadores José Richa e Mário Covas, chamados a negociar em conjunto concordaram também com a proposta, mas depois de muitas conversações houve recuo por parte da maioria do Centrão que não mais queria nenhum acordo. Mas isso foi uma jogada programada, explicou o deputado Ricardo Flúza, pois o grupo sentiu sua maioria e preferiu primeiro derrotar as esquerdas para depois negociar a partir de uma posição de força.

## Tentativa de golpe em marcha

CARLOS CHAGAS

Está em marcha uma tentativa de golpe. De início, golpe constituinte. Porque a emenda 26, que convocou a Assembleia Nacional Constituinte, dispõe que a Constituição será promulgada depois da aprovação de seu texto, em dois turnos de discussão e votação, pela maioria absoluta dos deputados e senadores. Equivale a dizer, todos os títulos, capítulos e artigos precisarão ser votados e merecer a aprovação de no mínimo 280 constituintes. Não importa que o projeto em debate tenha surgido da aprovação das 24 subcomissões, das oito comissões temáticas e da Comissão de Sistematização. Nenhuma delas possuiu a maioria absoluta dos membros de Constituinte.

Pois a Mesa da Assembleia, junto com as lideranças do PMDB, acaba de inverter o dispositivo constitucional, fazendo prevalecer sobre ele uma distorcida interpretação do regimento interno. Diz o dr. Ulysses Guimarães que os 280 votos são necessários para alterar o projeto preparado pela Comissão de Sistematização. Sem esse número, os artigos, capítulos e títulos

em exame serão considerados aprovados.

Esse ponto de vista elevou a níveis raramente vistos a temperatura na Assembleia Nacional Constituinte, ontem. E, sem sombra de dúvidas, conduzirá senadores e deputados a cenas de pugilato, nos próximos dias, se é que elas não acontecerem esta madrugada. Prevalecendo, levará ao absurdo de uma Constituição promulgada sem o voto da maioria dos constituintes. Se é evidente que para modificar o projeto são mesmo necessários 280 votos, a recíproca também é verdadeira: aprovação, só com o mesmo número. Não se pode considerar o texto dos sistematizadores como aprovado sem que venha a ser submetido à apreciação do plenário. A manifestação positiva não pode ser excluída por conta do sofisma de que bastaria a manifestação negativa.

Em outras palavras, trata-se da tentativa de um dos mais escancarados golpes da história do País. Ulysses Guimarães, obedecendo pela necessidade de ver a nova Constituição pronta o mais depressa possível, deixou-se levar pelo raciocínio mais fácil, a ele

vendido pelo grupo minoritário responsável pela elaboração do projeto da Comissão de Sistematização. Desse jeito, a promulgação não demora muito. Havendo a votação, os trabalhos se estenderão até o infinito, podendo ser destacados todos os artigos.

O Centrão começou ontem a insurgir-se: não conseguindo demover a Mesa de seu ponto de vista, tentará rejeitar o projeto em bloco. Fará com que 280 votos contrários prevaleçam sobre o que seria uma ausência de votos. Estará, então, criada a confusão, porque cairá por terra todo o trabalho da Assembleia Nacional Constituinte, de fevereiro até hoje. Será considerado nulo. Nesse caso, o que terá sido a tentativa de um golpe constituinte poderá transformar-se num golpe de verdade, institucional. Porque a Nação não suportará que se comece tudo outra vez, do ponto zero. Os reclamos e a desmoralização terão chegado a tal ponto, nesse caso, que o primeiro aventureiro a passar pelo jardim do Palácio do Congresso disporá de chances excepcionais para fechá-lo. Bem como ao restante das instituições em funcionamento.